

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.725 - MA (2019/0297436-3)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : RAYLSON SOARES SILVA (PRESO)
ADVOGADO : GERCIANA SOARES MESQUITA - MA010284
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Neste recurso, que se volta contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Maranhão no HC n. 0810540-94.2018.8.10.0000, pretende-se a imediata revogação da prisão preventiva de **Raylson Soares Silva** no Processo n. 0001243-73.2018.8.10.0040, da 1ª Vara Criminal da comarca de Imperatriz, sob os argumentos, em suma, de falta dos requisitos autorizadores da custódia e de suficiência da imposição de medidas cautelares diversas.

É o relatório.

Não me deparo com a presença concomitante do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*.

De um lado, correta a conclusão do Tribunal *a quo* de que o *habeas corpus* não é a via própria para infirmar a conclusão do Juízo singular relativa à existência de indícios suficientes de autoria.

De outro, aparentemente, há fundamento idôneo para a manutenção da prisão cautelar, qual seja, a periculosidade concreta do agente. Nesse ponto, destacou o Juízo de piso que *os autuados são investigados por supostamente integrarem uma organização criminosa integrada por pelo menos 07 pessoas, sendo 01 dono de posto de combustível, dois policiais militares e motoristas de caminhões de combustível, os quais possuem acessos privilegiados sobre investigações criminais e transporte de cargas de combustível* (fl. 52), e, ainda, que, *após o início das investigações [...], a autoridade policial percebeu que o modus operandi utilizado no crime ora investigado muito se assemelha aos fatos investigados em vários inquéritos policiais que se encontram pendentes de conclusão [...], restando suspeitas, portanto, de que não se trata de fato isolado na vida dos investigados, mas de atos reiterados que vinham sendo facilitados e acobertados por policiais militares, que, pelo que consta nos autos, estavam repassando*

Superior Tribunal de Justiça

informações privilegiadas aos investigados, inclusive sobre a presente operação (fl. 53).

Indefiro o pedido liminar.

Solicitem-se informações ao Juízo da 1ª Vara Criminal da comarca de Imperatriz sobre o andamento do Processo n. 0001243-73.2018.8.10.0040, bem como acerca da atual situação do recorrente.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

